



Editorial



Professora Maria Carlos P M Annes

Na continuidade do projecto abraçado prosseguimos com o debate dos temas da actualidade económica apresentados na conferência de dia 24 de Novembro de 2012 desta feita com os dois temas remanescentes que versaram sobre a “Crise Financeira Mundial: Alguns dos impactos na contabilidade” e “O Endividamento das Empresas Portuguesas”.

Ainda no seguimento do Ciclo de Conferências da Licenciatura em Finanças Empresariais teremos também no próximo dia 9 de Março de 2013 a segunda conferência, mantendo como tema Principal a “Crise Económica e Financeira” onde os oradores Dr. Arménio Breia, Especialista Carlos Nunes, Mestre Hélio Marques, Dr. Luís Campanha, Doutor Paulo Alves e Dr. Dantas

Rodrigues abordarão as seguintes temáticas: Controlo de Gastos de Estrutura, Financiamento das Empresas, Revitalização e Insolvência das Empresas.

Ficha Técnica:

Coordenação: Direcção do Curso de Finanças Empresariais - Prof.^a Maria Carlos Annes

Redatores: Doutor Rui de Almeida Mestre Pedro Pinheiro Mestre Joaquim Ferrão

Assessores de Coordenação: Prof. Domingos Cristóvão Monitor Cândido Peres

Colaboradores: Debora Costa Rita Fernandes



Crise Financeira Mundial: Alguns dos impactos na contabilidade



Doutor Rui de Almeida

Na sequência da crise financeira que tem vindo a assolar as economias a uma escala global, a contabilidade e o seu organismo normalizador por excelência foram forçados a dar resposta a tal situação.

Assim, o *International Accounting Standards Board* (IASB), cujos objectivos passam por desenvolver um conjunto de normas (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) de alta qualidade, compreensíveis, executáveis e globalmente aceites, não poderia ficar indiferente, quer à conjuntura vigente, quer à mutação verificada nos padrões comportamentais dos mercados e das economias em geral, decorrendo deste aspecto o incremento do número de projectos concluídos por esta

entidade: 8 projectos entre 2006 e 2008 e 22 projectos entre 2009 e 2012.

Em resposta a tais factos, o grupo dos países integrantes do G20 tem apresentado as suas recomendações relativamente à necessidade de alteração de algumas normas de relato, sendo que, adicionalmente, o IASB identificou duas importantes questões em relação à implementação e qualidade das normas que também requerem especial atenção: a necessidade de demonstrar a qualidade e relevância das normas; o risco de divergência entre as práticas relacionadas com a sua implementação e adopção.

Na prossecução dos desígnios acima mencionados foram, conforme referido, concluídos diversos projectos; no entanto, existem de entre estes, alguns cuja relação com a génese e efeitos da crise financeira mundial tem maior ênfase.

Mensuração do justo valor. Em 13 de Maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 Mensuração do justo valor, sendo que esta norma define o conceito de justo valor, e estabelece uma estrutura para a mensuração e divulgação deste. As novas exigências entraram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.



Mestre Pedro Pinheiro

Consolidações, acordos conjuntos e divulgação de interesses em outras entidades. Em 13 de Maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, a IFRS 11 Empreendimentos conjuntos e a IFRS 12 Divulgação de interesses em outras entidades. A IFRS 10 fornece um modelo de consolidação único que identifica o controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 11 Acordos conjuntos estabelece princípios para o relato financeiro das partes envolvidas num empreendimento conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, investimentos em associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Como consequência dessas novas IFRS, o IASB igualmente emitiu emendas e reentitulou a IAS 27 Demonstrações Separadas e a IAS

28 Investimentos em associadas e Empreendimentos conjuntos. As novas exigências entraram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

Instrumentos Financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB emitiu adições à IFRS 9 Instrumentos Financeiros, em relação aos passivos financeiros que uma entidade elegeu para mensurar o justo valor. Tais melhorias aplicam-se desde de 1 de Janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

Desreconhecimento - Divulgações. Emendas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações foram emitidas em Outubro de 2010. Essas alterações melhoram os requisitos de divulgação em relação aos activos financeiros transferidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

Conforme se pode verificar a contabilidade e os seus organismos normalizadores foram rápidos na análise e na resposta dada a alguns dos efeitos decorrentes da crise financeira mundial, demonstrando uma vez mais a capacidade de adequação e de resposta que a contabilidade vai revelando face a uma conjuntura cada mais heterogénea e em constante mutação.



O Endividamento das Empresas Portuguesas



Mestre Joaquim Ferrão

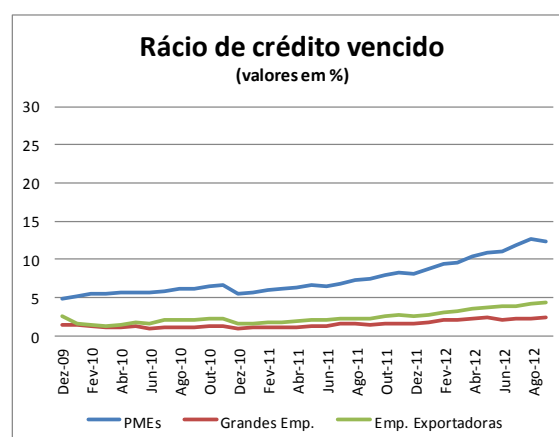
Tendo por base fundamentalmente as séries de crédito concedido a empresas e particulares, fornecidas pelo Banco de Portugal, podemos verificar que a crise económica e financeira, não é apenas uma crise do Estado, ou uma crise orçamental. O Estado, as empresas, os particulares atingiram um nível de endividamento muito grande, dificilmente suportável. No período posterior ao memorando com a Troika, temos assistido a um processo de desalavancagem dos bancos e consequentemente dos restantes agentes económicos privados, com particular incidência nas PME's e no crédito ao consumo dos particulares.

Evolução do incumprimento por parte das empresas

No gráfico seguinte observamos relativamente às empresas, uma evolução bastante preocupante, pela percentagem de crescimento, em especial no período pós memorando de entendimento com a Troika. Apesar das diferenças entre

PME's, grandes empresas e empresas exportadoras, todas elas subiram a percentagem de crédito vencido, sendo que as PME's passaram de 4,9% em Dezembro de 2009 para cerca de 12,4% em Agosto 2012. Nem o crédito ao consumo teve uma evolução tão desfavorável, apesar da respectiva percentagem ser superior.

Gráfico 1



Fonte: Banco de Portugal

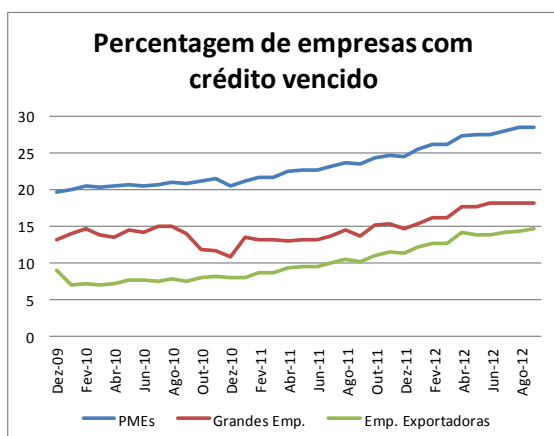
As grandes empresas aumentaram muito ligeiramente a percentagem de crédito vencido (1,3%) no período pós memorandum e as empresas exportadores, pequenas ou grandes aumentaram (2,7%) no mesmo período.

No que diz respeito à percentagem de empresas com crédito vencido, as PME's têm mostrado uma linha de crescimento estável e muito preocupante. Em Dezembro de 2009 a percentagem de empresas com crédito vencido era de 19,6% e em Agosto de 2012 esta percentagem era já de 28,5% das empresas. Esta situação reflecte um



agravamento muito grande, da situação económico-financeira das empresas, levando-as a deixar de cumprir com os seus compromissos perante os credores.

Gráfico 2



Fonte: Banco de Portugal

Ao nível das grandes empresas, o crescimento do número de entidades com crédito vencido foi de cerca de 5%, ao longo de todo o período representado no gráfico 9. Temos a percentagem mais baixa no caso das empresas exportadoras, mas se compararmos Janeiro de 2010 com Agosto de 2012, temos um aumento de 7,7% no número de empresas em situação de incumprimento.

O Nível de endividamento das nossas empresas

Em geral as empresas portuguesas apresentam níveis de endividamento superior às suas congéneres europeias ou americanas. As razões podem estar relacionadas com vários aspectos de entre os quais os problemas de agência, como são definidos em Jensen e Meckling (1976), que muitas empresas podem enfrentar quando necessitam de recorrer a novas fontes de financiamento. A este

propósito importa referir as conclusões do estudo realizado por Kim e Sorensen (1986) ao verificarem que as empresas com maiores percentagens de capital detido internamente, eram aquelas que recorriam mais ao passivo financeiro, exactamente porque enfrentavam maiores custos de agência do capital próprio, caso decidissem pela abertura do capital.

Os aspetos referidos anteriormente, aliados ao forte dinamismo do nosso sector financeiro e ao peso modesto do mercado de capitais na nossa economia, fazem com que o recurso ao endividamento seja quiçá a opção óbvia, logo após esgotados os fundos gerados internamente, conforme defendem os autores da chamada teoria do Pecking Order (Myers e Majluf, 1984).

Quadro 1 – Estrutura Financeira das Empresas Portuguesas

Indicadores (em percentagem)	Anos	Média			Número Empresas		
		Q1	Q2	Q3			
Capitais Próprios	2009	2.19	24.55	56.54	33.17	325736	
Activos Líquidos	2010	0.34	24.39	57.75	20.74	34.00	356556
	2011	-2.61	24.47	60.10	17.90	32.93	358683
EBITDA	2009	-1.30	6.29	16.29	5.36	10.30	280714
Vol. Negócios	2010	-3.35	5.29	14.75	3.12	12.60	300695
	2011	-7.68	4.39	13.79	0.13	9.36	299606

Fonte: Banco de Portugal, Central de Balanços

A degradação das condições de exploração das empresas portuguesas resulta evidente da observação do quadro 1 no que respeita ao rácio EBITDA/Volume de Negócios. Ao atingir em termos médios na média aparada1 um valor próximo de 0,13%, leva-nos a concluir que a empresa média apenas conseguiu gerar marginalmente

¹ Média calculada depois de retiradas as observações extremas correspondentes a 10%.



cash-flow operacional em 2011. Com rácios tão baixos torna-se difícil pagar juros e impostos e reembolsar empréstimos às Instituições Financeiras.

No que concerne ao nível de autonomia financeira, a mediana tem-se situado nos três anos em análise em redor dos 24,5%, o que é um rácio baixo. Mais preocupante é o facto do quartil 1 (Q1) que representa o ponto central da parte esquerda da distribuição, ter em 2009 um nível muito baixo de autonomia financeira, passando a negativo em 2011. Quer isto dizer que em 2011 mais de 25% das empresas apresentam capitais próprios negativos, o que equivale a dizer que estão tecnicamente falidas.

Por seu turno o quartil 3 (Q3) apresenta uma evolução favorável passando de 56,54% em 2009 para 60,10% em 2011. Esta evolução em parte é inesperada, dada a evolução média da performance económica das empresas. Porém permitenos concluir que nos contextos de maior dificuldade as empresas mais fortes financeiramente, ainda conseguem melhorar a sua estrutura de capitais.

Conclusão

As empresas portuguesas são das que usam mais passivo na sua estrutura de capitais, tendo em conta o rácio de autonomia financeira médio. Esta situação é preocupante porque lhes confere uma enorme vulnerabilidade em períodos de estagnação ou retracção económica. Nos últimos anos, este indicador de estrutura financeira têm-se agravado em termos gerais, o que poderá estar relacionado com a quantidade enorme de falências que temos tido no país.

Tal como a teoria prevê, quando o nível de endividamento aumenta, aumenta o risco da empresa e o custo do passivo. Nos segmentos onde se registam mais incumprimentos, as Instituições Financeiras cobram taxas mais elevadas pelos seus empréstimos. Este facto não constitui nenhuma surpresa, nem nos podemos indignar por isso, pois trata-se de algo normal no contexto dos mercados, tendo em conta a relação directa entre rendibilidade e risco. Porém, esta situação acaba por castigar as PME's que deveriam ser os motores do desenvolvimento económico.

Para uma menor dependência dos capitais alheios e dos riscos associados, só há um caminho; o maior uso de capitais próprios nas empresas. Assim seria importante que ao nível fiscal se aprofundassem as discriminações negativas contra o passivo e de criassem discriminações positivas a favor dos capitais próprios. Da mesma forma que será de extrema importância a dinamização do mercado de capitais.